



1 **Ata da 48ª Reunião Ordinária do Conselho de Transparência Pública e**
2 **Combate à Corrupção - CTPCC.** Data: 02 de dezembro de 2020, às 14h00. Local:
3 Vídeo conferência pelo aplicativo Zoom. Aos dois dias do mês de dezembro de dois
4 mil e vinte, às quatorze horas, reuniu-se o CONSELHO ESTADUAL DE
5 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO – CTPCC, sob a
6 Presidência do Sr. **EDMAR MOREIRA CAMATA**, Secretário de Estado de Controle
7 e Transparência e Presidente do Conselho. A reunião foi secretariada pela
8 Secretária-Executiva **MIRIAN PORTO DO SACRAMENTO** e contou com a
9 presença dos seguintes representantes dos órgãos participantes: Giordany
10 Bozzato Soave, suplente da SEFAZ; Elaine Cristina Favero, suplente da SEGER;
11 Rodrigo Francisco de Paula, titular da PGE; Márcio Batista Marinot, suplente do
12 Tribunal de Contas do Espírito Santo; Maria Emanuela Alves Pedroso, suplente da
13 AMUNES; Douglas Dantas Cardoso Gardiman, titular do Sindicato dos Jornalistas;
14 Edebrando Cavalieri, titular do Conselho de Ética do Espírito Santo. I. Foi declarada
15 aberta a reunião, pelo Presidente do Conselho, Sr. Edmar Moreira Camata,
16 Secretário Estadual de Controle e Transparência. Em seguida, passou a palavra
17 para a Secretária-Executiva, Sra. Mirian Porto do Sacramento, que fez a
18 apresentação da pauta da reunião. 2) Deliberações da 47ª Reunião Ordinária 3)
19 Informes; 4) Apresentação da retrospectiva das ações de 2020 nas áreas de
20 Controle Interno, Transparência, Integridade e Correição; 5) Outras deliberações,
21 questões de ordem e encaminhamentos; 6) Encerramento. **II. Deliberações da 47ª**
22 **Reunião Ordinária.** **II.1** A Secretária-Executiva informou que, em atendimento às
23 deliberações da 47ª Reunião Ordinária, foi encaminhado OF / Nº 007 / 2020 /
24 CTPCC / SECONT solicitando autorização do Presidente da Assembleia Legislativa
25 para publicação dos dados finalísticos no Portal de Dados Abertos e de execução
26 orçamentária e financeira no Portal da Transparência e no Portal de Dados Abertos.
27 **II.2** Informou também que foi feito o encaminhamento OF / Nº 008 / 2020 / CTPCC
28 / SECONT indagando se a Secretaria de Estado da Saúde possui algum projeto em
29 andamento sobre a transparência das filas de consultas, exames e leitos de UTI e,
30 caso positivo, que apresente esse(s) projeto(s) em uma próxima reunião do
31 conselho. Informou que ambos ofícios seriam encaminhados aos Conselheiros por
32 e-mail, para fins de conhecimento. Em seguida, passou para o próximo item da
33 pauta. **III. Informes.** **III.1** A Secretária-Executiva do conselho informou que



34 Fundação Renova encaminhou Ofício FR 2020.1596 em atendimento à
35 Deliberação CTPCC 46-01, que solicitou resposta à ata da reunião do grupo de
36 trabalho ocorrida em 14/02/2020, que contém sugestões de melhorias no Portal da
37 Transparência da Fundação informando os pontos que seriam possíveis de
38 atender, e os pontos que a Fundação não tem a expectativa de atender, justificando
39 o motivo do não atendimento. **III.2** A Rádio e Televisão Espírito Santo encaminhou
40 OFÍCIO Nº 32/2020/DP/RTV-ES em atendimento à Deliberação CTPCC 46-02
41 contendo informações acerca do retorno das atividades do Conselho Administrativo
42 da RTV-ES. **III.3** Foi enviado o OF/Nº 006/2020/CTPCC/SECONT ao Coordenador
43 da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social, encaminhando:
44 Cópia da Ata de Reunião do grupo de trabalho do CTPCC contendo as propostas
45 de melhorias nas informações do Portal da Transparência da Fundação Renova;
46 Cópia da Ata da 46ª Reunião Ordinária do CTPCC; Ofício
47 004/2020/CTPCC/SECONT solicitando o encaminhamento das respostas da
48 Fundação Renova sobre as propostas de melhorias no Portal da Transparência;
49 Documento FR.2020.1596 em que a Fundação Renova encaminha resposta às
50 sugestões de melhorias no Portal da Transparência da Fundação. Informou que a
51 Câmara Técnica irá preparar uma Nota Técnica para encaminhar ao Comitê Inter
52 Federativo. Terminada a apresentação dos informes, concedeu a palavra ao Sr.
53 Edmar Camata para dar início ao próximo item da pauta. **IV. Apresentação da**
54 **retrospectiva das ações de 2020 nas áreas de Controle Interno,**
55 **Transparência, Integridade e Correição. IV.1** Com a palavra, o Secretário Edmar
56 Camata iniciou a sua fala apresentando os DESAFIOS DA PANDEMIA, que trouxe
57 novas demandas para a SECONT, e teve que reinventar a forma de trabalhar,
58 devido ao distanciamento social. Na **Transparência**, onde foi preciso dar
59 visibilidade a dados que muitas vezes não estavam disponíveis, como o exemplo
60 da divulgação dos microdados dos casos da COVID-19, e no **Controle Interno**, a
61 SECONT buscou formas de garantir que os gestores utilizassem as melhores
62 práticas em compras públicas sem prejudicar a agilidade necessária para o
63 enfrentamento à Covid-19. Já nas ações Institucionais, no mês de março, o estado
64 foi anfitrião da **34ª Reunião Técnica do CONACI** e realizou o **I Seminário Controle**
65 **Interno para uma Governança Anticorrupção**. A SECONT saiu da reunião
66 técnica com o dever de casa de entregar o **Banco do Conhecimento do CONACI**,



67 e entregou antecipadamente. A SECONT participou da criação e apoiou a
68 estruturação do Fórum Estadual de Controle Interno (FECONTES). Por Meio da
69 **Portaria nº 013-R** fez a regulamentação do teletrabalho. Também criou um
70 **Repositório de conteúdo da Secont** capaz de facilitar a busca e o acesso a
71 produção intelectual da Secretaria. A **SECONT reduziu** em 35% o gasto com
72 contratos, por meio de revisão de valores, trabalho remoto e digitalização de
73 processos. Com a participação da **SECONT** no **Consórcio de Integração Sul e**
74 **Sudeste (COSUD)** resultou na aprovação de diretrizes para fortalecer os canais de
75 transparência e dados abertos nos Estados, levando como exemplo o botão do
76 sigilo nos pedidos de acesso à informação, em que os dados do demandante não
77 são divulgados para o Órgão demandado. Dando prosseguimento ao **Processo de**
78 **Renovação** do seu parque tecnológico a SECONT realizou investimentos da ordem
79 de R\$ 273 mil para aquisição de softwares e de equipamentos. Em seguida, entrou
80 no tópico da **TRANSPARÊNCIA PÚBLICA**, dando exemplos de como foi a
81 transparência do Estado diante da pandemia. Informou que foi preciso ter a união
82 de esforços entre os órgãos de todo o Governo Estadual, para buscar alternativas
83 rápidas e de baixo custo. O Estado do Espírito Santo, com muita luta e
84 determinação, conseguiu alcançar o 1º lugar com a nota máxima nos dois rankings
85 nacionais que medem a transparência das informações sobre a pandemia, que
86 foram os rankings das ONGs Open Knowledge Brasil e da Transparência
87 Internacional. Para tal feito, foi criado o **PAINEL COVID-19**, com os dados sobre a
88 evolução da doença no Estado, e também o painel de **Contratos e Execução de**
89 **Despesas** que dá transparência às compras emergenciais realizadas no combate
90 à pandemia. Também foi melhorada a forma em que é dada **Transparência nas**
91 **Publicações Oficiais**, feita no Diário Oficial. Agora essas publicações seguem um
92 padrão que facilita a leitura automatizada dos dados e o controle social. Com o
93 Novo Portal de Dados Abertos em parceria com o PRODEST, o sítio foi reformulado
94 para poder receber um maior volume de dados. Já na **Ação Contra a**
95 **Desinformação** a Ouvidora-geral passou a receber denúncias referentes à
96 divulgação de notícias falsas sobre a pandemia do novo Coronavírus. Informou que
97 também tivemos **mudanças para qualificar respostas de acesso à informação**,
98 e para isso a Ouvidoria passou a monitorar os pedidos de informação em que houve
99 interposição de recurso em 1ª e 2ª instância, com o objetivo de orientar os órgãos



100 e entidades quanto à qualidade das respostas e sobre a autoridade competente
101 para responder ao recurso. Além disso, houve a participação da SECONT na
102 elaboração do módulo de Gestão da Informação e Classificação (GIC), que inseriu
103 no sistema de processos digitais do Governo do Estado, o e-Docs, critérios para a
104 classificação de níveis de acesso à informação de cada documento. Informou que
105 também houve um **avanço no Atendimento à Lei de Acesso a Informação (LAI)**
106 que de 2017 a 2020 aumentou de 46,9% chegando a 98.1%. Também houve
107 **avanço na Transparência Passiva**, com aumento no número de órgãos
108 classificados na categoria “A”, que atendem de 94% a 100% dos quesitos
109 estabelecidos em lei, saltando para 40 órgãos, contra 22 em 2019. Além disso,
110 nenhum órgão obteve a classificação “D” (25% a 49% dos quesitos atendidos).
111 Também apresentou o aumento no número de demandas de Ouvidoria, subindo de
112 15.775 manifestações em 2019 para 16.395 até o dia 18/11/2020. Deu destaque
113 também para a redução no tempo médio de atendimento às manifestações, que
114 saiu de 18 dias em 2019 para 12 dias em 2020. Com relação ao **CONTROLE**
115 **INTERNO** que teve o **Desafio** de garantir que os gestores utilizassem as melhores
116 práticas em compra públicas, sem prejudicar a agilidade necessária para o
117 enfrentamento a Covid-19, teve como **solução** a formação de um Grupo de
118 Trabalho com o foco exclusivo na análise concomitante das compras emergenciais
119 realizadas para o combate à pandemia, além da criação de um **Guia Orientativo**,
120 que é um manual de orientação aos gestores quanto aos procedimentos a serem
121 adotados nas compras diretas destinadas ao enfrentamento da pandemia; um
122 **Fluxograma para Aquisições** emergenciais; um **Checklist para Compras e**
123 **Contratações** contendo uma lista com os principais documentos e informações que
124 devem estar presentes na instrução processual; e uma **Matriz de Verificação de**
125 **Riscos** que elenca os principais riscos que podem comprometer a conformidade
126 dos procedimentos e sugere ações de controle. Também foi criado um **Modelo de**
127 **Normatização** de processo de aquisição ou compra por dispensa em razão da
128 Covid-19, além do **Guia para Suspensões e Alterações Contratuais**, elaborado
129 pela SECONT, em conjunto com a PGE e SEGER, contendo orientações para
130 cumprimento do Decreto nº 4662-R/2020, visando a padronização dos
131 procedimentos para a realização de alterações contratuais. Apresentou em seguida
132 os números relativos às ações de controle, com 69 inspeções prévias em compras



133 emergenciais, totalizando R\$ 186,6 milhões; 280 manifestações em processos,
134 totalizando R\$ 5,1 bilhões e 10 pareceres em tomadas de contas especiais,
135 totalizando R\$ 62,1 milhões. Passando para a área de **INTEGRIDADE E**
136 **ANTICORRUPÇÃO**, houve avanços na regulamentação da celebração de acordos
137 de leniência, assim como a definição de critérios para avaliação de programas de
138 integridade de empresas. Sobre os **Acordos de Leniência**, a Portaria Conjunta
139 Secont/PGE nº 002-R, de junho de 2020, estabelece que os acordos de leniência
140 poderão ser celebrados com empresas que praticarem atos ilícitos previstos na Lei
141 Anticorrupção, desde que colaborem efetivamente com as investigações e o
142 processo administrativo. Já com relação à **Avaliação dos Programas de**
143 **Integridade**, a Portaria nº 006-R, publicada em abril de 2020, criou metodologia
144 para avaliar a efetividade dos programas de integridade instituídos por empresas.
145 Tais fatos nos permitiram um **destaque nacional**, uma vez que a expertise do
146 Espírito Santo na aplicação da Lei Anticorrupção fez com que a Secont fosse
147 escolhida para gerenciar os conteúdos referentes ao tema “Responsabilização
148 Administrativa e Lei Anticorrupção” no Banco do Conhecimento do Conaci.
149 Apresentou também os resultados da Lei Anticorrupção no Estado, e os **Avanços**
150 **na Implementação do Programa de Integridade**, sendo que no ano de 2019
151 houve a aprovação da Lei 10.993, que instituiu o Plano de Integridade dos órgãos
152 da Administração Direta, e cada órgão é responsável pela implementação do seu
153 plano, com apoio da SECONT. **Em 2020** com a pandemia, A SECONT decidiu “dar
154 o exemplo”, priorizando o seu programa de integridade e elaborando todo o
155 instrumental necessário para os demais órgãos, que será disponibilizado em
156 repositório digital. Falando da **CORREGEDORIA**, informou sobre os investimentos
157 na modernização e na padronização de processos e procedimentos, com o objetivo
158 de **ganhar agilidade e diminuir os custos** de apuração em Sindicâncias e PADs.
159 Com a **utilização de recursos tecnológicos** a Corregedoria regulamentou a
160 utilização de e-mail, aplicativos de mensagens instantâneas e do sistema
161 corporativo de gestão documental do Estado para notificação de servidores sobre
162 procedimentos correccionais, além da **digitalização de processos** sendo que os
163 processos abertos a partir de 2019 são digitais e também foi iniciada a
164 digitalização dos processos anteriores a essa data, o que resultou na inclusão de
165 60% das Sindicâncias e PADs no e-Docs. Além disso, todos os procedimentos no



166 âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Estadual (SISCORES) foram
167 padronizados por meio da Portaria nº 012-R, que estabeleceu prazos e normas
168 para apuração de irregularidades administrativas e instituiu o mecanismo de
169 Procedimento Preliminar. Também foi regulamentada a realização de **audiências**
170 **por videoconferência**, trazendo mais agilidade aos procedimentos correccionais,
171 sendo elas adotadas em depoimentos, acareações, interrogatórios e nas demais
172 diligências realizadas em Sindicâncias ou Processos Administrativos Disciplinares
173 (PAD's). A Corregedoria disciplinou também a celebração de Termo de
174 Ajustamento de Conduta (TAC) no âmbito do Poder Executivo Estadual,
175 possibilitando que órgãos e entidades estaduais possam resolver de forma
176 consensual os conflitos referentes à conduta de servidores nos casos de infrações
177 disciplinares de menor potencial ofensivo. O Governo do Estado, atendendo a uma
178 solicitação da Corregedoria-Geral, alterou o Decreto nº 2.724-R, que dispõe sobre
179 a acumulação de cargos. Agora o servidor tem que informar ao setor de Recursos
180 Humanos se possui outro vínculo com o poder público, indicando o cargo e horário
181 de trabalho. Se não o fizer, poderá ser responsabilizado. Finalizando a parte
182 correccional, com a implantação da **Certidão Negativa Online**, os servidores do
183 Poder Executivo Estadual não precisam mais se deslocar até a Corregedoria-Geral
184 para obter a Certidão. Apresentou ainda alguns números da corregedoria no ano
185 de 2020. Foi então aberta a oportunidade aos presentes se manifestarem com
186 dúvidas, críticas ou sugestões. Com a palavra, o **Senhor Marcio Batista Marinot**
187 informou que a Lei Geral de Proteção de Dados, de uma certa forma, atropelou
188 algumas fases que haviam sido combinadas anteriormente pelo conselho.
189 Questionou então se será dado um certo foco nesse assunto mais específico no
190 próximo ano. Com a palavra, o **Secretario Edmar Camata** informou que foi feito
191 uma sondagem com o Conselho Nacional de Controle Interno, sobre qual tem sido
192 o papel do controle interno na LGPD. Destacou que a LGPD tem um conceito muito
193 mais transversal, mas o controle interno tem um papel importante. Apesar de não
194 achar que o Controle Interno tenha o papel de liderar esse processo, acredita que
195 tem algumas funções importantes no processo. Foi feito um levantamento junto
196 com outros Estados, principalmente aqueles que deram o seu primeiro passo de
197 regulamentação, como São Paulo, e viu como ficou o trabalho do Controle Interno,
198 que normalmente tem visto como um papel consultivo e normativo na sua área,



199 mas não um papel de abraçar a normatização e a implantação da LGPD como um
200 todo. Acha que esse desenho ficará mais claro a medida que a Agência Nacional
201 de Proteção de Dados começar a normatizar algumas coisas. Sugeriu que, caso o
202 Tribunal de Contas ou alguma entidade do conselho, estiver se debruçando sobre
203 o assunto e quiser fazer um debate mais específico, considera muito produtivo.
204 Aproveitou a oportunidade para informar sobre o webinar que a Secont realizará
205 no dia 09/12, em comemoração ao Dia Internacional de Combate à Corrupção, e
206 convidou a todos os conselheiros. **V. Novas Deliberações e encaminhamentos.**
207 Passada a palavra para a Secretária-Executiva, que apresentou a sugestão de
208 calendário das reuniões do ano de 2021, sendo elas aconteceriam nos meses
209 pares, a primeira sendo em fevereiro, sempre na segunda quinta-feira do mês, às
210 14:00, com exceção da última que será realizada em conjunto com o CECI, na
211 primeira quarta-feira do mês, ficando definido o seguinte calendário de reuniões:
212 49ª RO – 11/02/2021, 50ª RO – 08/04/2021, 51ª RO – 10/06/2021, 52ª RO –
213 12/08/2021, 53ª RO – 14/10/2021 e 54ª RO – 01/12/2021. **VI. Encerramento.**
214 Esgotada a pauta, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou
215 encerrada a reunião, às quinze horas, do que, para constar, eu, **MIRIAN PORTO**
216 **DO SACRAMENTO**, Secretária-Executiva do CTPCC, lavrei a presente ata que,
217 depois de conferida, vai assinada por mim, pelo Senhor Presidente e demais
218 membros do Conselho.

EDMAR MOREIRA CAMATA

Representante da SECONT

Presidente do Conselho

GIORDANY BOZZATO SOAVE

Representante da SEFAZ – Suplente

ELAINE CRISTINA FAVERO

Representante da SEGER – Suplente

Rodrigo Francisco de Paula

Representante da PGE – Titular

Maria Emanuela Alves Pedroso

Representante da AMUNES – Suplente

Marcio Batista Marinot

Representante da TCES – Suplente



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONSELHO ESTADUAL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO- CTPCC

Douglas Dantas Cardoso Gardiman

Representante do Sindicato dos
Jornalistas - Titular

Edebrande Cavalieri

Representante do Conselho de Ética
do ES - Titular

ASSINATURAS (8)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

MIRIAN PORTO DO SACRAMENTO

SECRETÁRIA - EXECUTIVA CTPC
SECONT - CTPC
assinado em 08/02/2021 18:07:39 -03:00

GIORDANY BOZZATO SOAVE

CONSELHEIRO CTPC
SECONT - CTPC
assinado em 04/01/2021 11:48:26 -03:00

MARIA EMANUELA ALVES PEDROSO

CONSELHEIRA CTPC
SECONT - CTPC
assinado em 04/01/2021 14:30:44 -03:00

RODRIGO FRANCISCO DE PAULA

CONSELHEIRO CTPC
SECONT - CTPC
assinado em 02/02/2021 15:16:52 -03:00

EDMAR CAMATA

PRESIDENTE CTPC
SECONT - CTPC
assinado em 12/01/2021 18:54:54 -03:00

MARCIO BATISTA MARINOT

CONSELHEIRO-CTPCC
SECONT - CTPC
assinado em 07/02/2021 21:29:58 -03:00

DOUGLAS DANTAS CARDOSO GARDIMAN

CONSELHEIRO CTPC
SECONT - CTPC
assinado em 04/01/2021 15:30:33 -03:00

EDEBRANDE CAVALIERI

CONSELHEIRO CTPC
SECONT - CTPC
assinado em 19/01/2021 10:57:54 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 12/02/2021 11:38:09 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por FABIANO DA ROCHA LOUZADA (FUNCAO GRATIFICADA - AGE/SECONT - SECONT - ASSTEC SUBTRAN)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2021-KSW5JN>